

QUESTÕES INÉDITAS - FGV

Questão n. 1

1. Giovana é oficial de promotoria no Ministério Público do Estado de São Paulo. Ao receber autos com petição inicial de ação civil pública, Giovana deverá, nos termos da Resolução nº 664/2010-PGJ-CGMP-CSMP:

- (A) efetuar o registro nos sistemas eletrônicos e digitalizar a petição inicial para fins de publicação.
- (B) providenciar, a pedido de qualquer terceiro interessado, extração de cópia da petição inicial.
- (C) atualizar os registros no livro de registro dos procedimentos registrados nos sistemas eletrônicos.
- (D) comunicar ao Centro de Apoio Operacional, com indicação, apenas, do número do processo.
- (E) encaminhar o primeiro volume dos autos para distribuição no juízo indicado.

Questão n. 2

2. Segundo a Resolução nº 1.342/2021-CPJ, são princípios da atividade investigatória do Ministério Público, exceto:

- (A) respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana.
- (B) atuação segundo os parâmetros da vocação e da ética institucional, observando-se o decoro, a boa-fé e a parcialidade.
- (C) independência funcional.
- (D) motivação das decisões e, quando cabível, das diligências.
- (E) impulso oficial.

Questão n. 3

3. Conforme a Resolução nº 225/2016, a Justiça Restaurativa constitui-se como um conjunto ordenado e sistêmico de princípios, métodos, técnicas e atividades próprias, que visa à conscientização sobre os fatores relacionais, institucionais e sociais motivadores de conflitos e violência. O papel do facilitador restaurativo consiste em coordenar os trabalhos de escuta e diálogo entre os envolvidos, por meio da utilização de métodos consensuais de resolução de conflitos, próprios da Justiça Restaurativa. Durante os procedimentos restaurativos, deve-se ressaltar, exceto:

- (A) o sigilo das sessões.
- (B) a confidencialidade das sessões.
- (C) a involuntariedade das sessões.
- (D) o entendimento das causas que contribuíram para o conflito, bem como das consequências que o conflito gerou e poderá gerar.
- (E) o valor social da norma violada pelo conflito.

Questão n. 4

4. De acordo com a Resolução nº 1.364/2021-PGJ-CPJ, o membro do Ministério Público, observadas as hipóteses de reserva constitucional de jurisdição e sem prejuízo de outras providências inerentes a sua atribuição funcional, poderá:

- (A) fazer ou determinar vistorias, inspeções e quaisquer outras diligências, exceto em organizações militares;
- (B) requisitar informações e documentos de entidades privadas, exceto aquelas de natureza cadastral;
- (C) ter acesso a qualquer banco de dados de caráter público ou relativo a serviço de relevância pública, desde que o membro preste a devida justificativa à instituição;
- (D) notificar testemunhas e vítimas e requisitar sua condução coercitiva, nos casos de ausência injustificada, ressalvadas as prerrogativas legais;
- (E) acompanhar buscas e apreensões deferidas pela autoridade judiciária, desde que autorizado;